

RECONSTRUINDO A IDENTIDADE NA VELHICE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Identidade, sociedade e papéis sociais

Isabel Aurora Marrachinho Toni¹

As questões relativas à identidade na velhice são foco de diversos estudos, desde o ponto de vista do discurso, até a ação, decodificada em comportamento. A identidade baseia-se na integração do conhecimento que o indivíduo tem de suas potencialidades físicas, de suas idéias, motivos e objetivos, papéis sociais e limitações. É a identidade que permite que o indivíduo se perceba como sujeito único, tomando posse de sua realidade e, portanto, a consciência de si mesmo.

A identidade depende da diferenciação que se faz entre o “eu” e “o outro”. A partir de minha percepção individual passo a diferenciar-me ou identificar-me com o outro. Portanto a identidade forma-se através de uma percepção individual, mas que é retroalimentada pelo outro, sendo que o indivíduo e o social interagem nessa formação.

A identidade se estabelece no processo de comunicação, por meio de símbolos. A socie-

¹ Psicóloga e Gerontóloga Social pela Universidade de Caxias do Sul
Coordenadora da Universidade da Terceira Idade da Universidade de
Caxias do Sul - RS

dade, que é anterior ao indivíduo, tem uma estrutura já organizada em seu conjunto de símbolos e significados, assim como possui seus modelos de interação pré-estabelecidos. O sujeito se constrói no jogo das experiências e das relações sociais.

Diante desse panorama, passa a ser fundamental uma reflexão sobre a sociedade que nos circunda e na qual os idosos estão inseridos.

A atual sociedade é protagonista de grandes e rápidos avanços culturais, tecnológicos, econômicos, entre outros, que exigem do ser humano uma constante reconstrução de comportamentos. Isso implica sentir-se participe do social, percebendo-se enquanto pessoa portadora de um conjunto de características relativamente integradas, estáveis e constantes no tempo; ter o sentimento de ser única, diferente dos outros, mas assumindo um conjunto de papéis e funções que são semelhantes ao outro.

Entramos aqui na representação ou significação de papéis na vida individual ou social do ser humano, especificamente do idoso, que representa um determinado papel, adota certos valores e comportamentos que respondem às expectativas do outro e que garantem, assim, seu reconhecimento, enquanto indivíduo.

O ciclo vital do ser humano, ao viver em sociedade, é caracterizado por um conjunto de papéis sociais (filho, pai, neto, avô, ...), exigindo uma série de mudanças compor-

tamentais que respondam a um determinado papel. Podemos dizer, então, que aprender papéis sociais é, na realidade, aprender o conjunto de rituais que a sociedade criou. O ser humano desenvolve vários papéis durante o curso de vida e esses estão diretamente ligados à idade, principalmente os ligados a hierarquias. Sendo assim, os papéis sociais também permitem a oportunidade de acesso a lugares, pessoas e atividades ligadas à determinada etapa do ciclo vital.

Por conseguinte, a experiência do envelhecimento está necessariamente ligada a mudanças nos papéis sociais.

Segundo Acharam (1995),

...durante o envelhecimento, os principais fatores de influência da sociedade sobre o indivíduo são a resposta social ao declínio biológico, a afastamento do trabalho, a mudança de identidade social, a desvalorização social da velhice e a falta de definição sociocultural de atividades em que o idoso possa perceber-se útil e alcançar reconhecimento social. A vida do idoso é, portanto, dominada por um alto nível de estresse, devido às experiências e obrigação formalizadas.

A flexibilidade e a capacidade de resiliência são duas importantes características, ou tarefas evolutivas, que podem tornar este estresse menos intenso. Se, no curso de vida, essas características foram vivenciadas e ex-

ploradas, quando da necessidade de alguma mudança, serão exercidas com mais solidez e qualidade quando da chegada do envelhecimento, favorecendo oportunidades de novas aquisições e novas habilidades.

A teoria de Erikson (1950) traz dois conceitos importantes, quando se pensa em tarefas evolutivas, a geratividade e a integridade do ego. Pela geratividade, o indivíduo, por se perceber fazendo parte da humanidade, tem uma postura de expansão, dando sua contribuição à espécie, através das experiências vivenciadas. Pela integridade do ego, específica para idosos, o indivíduo adapta-se a vitórias e desilusões, que são inerentes ao viver, e conserva sua dignidade, sua sabedoria, aceita seu modo de vida e tem senso de plenitude e unicidade.

A sociedade atual encara o envelhecimento como uma fase de decadência e o idoso é rejeitado do sistema econômico, social e cultural. Abalado, em sua identidade, pelas limitações econômicas e físicas, a perda de desempenho de papéis e a cessação de atividades exigem que o mesmo adquira novas responsabilidades e possa transitar do estado de produtividade econômica para o de produtividade social, criando ou (re)apropriando-se de uma nova identidade.

Entra aqui o importante papel exercido pelas universidades que possuem ações voltadas às questões do envelhecimento.

2. As UNIVERSIDADES COMO CATALIZADORAS

As Universidades, especificamente, as Universidades para a Terceira Idade desempenham um importantíssimo papel no sentido de oportunizar aos idosos esta (re) apropriação. Pois é nelas que o indivíduo idoso conquista novos espaços de convívio e relacionamento, entra em contato com seus pares, compreendendo o seu processo de envelhecimento e o dos outros; desenvolve novas potencialidades assimilando e entendendo seus limites como parte do processo que se encontra, transformando-se num agente de sua própria transformação social e colocando-se como protagonista de sua história. Segundo Cortelletti (2006),

...compete à Universidade conscientizar (...) o idoso de que o segredo do envelhecer é a renovação de nossas maneiras de pensar, sentir, agir e interagir, e que a grande questão é dar-se conta do tempo em que se vive (...).

Neste sentido, as Universidades para a Terceira Idade são promotoras de um novo modo de percepção e, conseqüentemente, de ação para uma nova identidade na velhice. Uma velhice em que é possível ensinar e aprender. Ensinar através das trocas de experiências que se fazem presentes nos grupos, e aprender no sentido da aquisição

e intercambio de novos conhecimentos que, agregados às vivências, ampliam o campo do conhecimento e da aplicação.

As atividades oferecidas devem estimular a construção de novos projetos de vida, para um novo tempo social e investir para que os idosos percebam suas capacidades de continuar aprendendo, de mudar e de querer ser.

Para fazer frente às demandas geradas pelo envelhecimento da população, as universidades necessitam: conhecer o universo dos idosos, no sentido de saber quem são eles, em que condições familiares, culturais e educacionais viveram e quais as influências desses contextos na formação/estruturação de seus modos de ser. Ou seja, no âmbito das individualidades, as IES necessitam identificar e delimitar conceitos de velho, velhice, envelhecimento, sociedade e educação para que as ações propostas venham ao encontro da promoção dos idosos, no sentido de despertar potenciais que visem uma (re)apropriação da identidade que foi anulada em função de muitas perdas que a velhice traz no seu bojo.

As ações das universidades devem ser intencionais e direcionadas para uma busca constante de realização plena de liberdade e de valorização do ser humano idoso, dando condições para apropriações de diferentes naturezas, tais como: um saber conhecer, entendido como cultura geral, e porta para educação permanente, que oferece as bases para

aprendizagem ao longo da vida; um saber fazer, como desenvolvimento de habilidades e competências que preparam o indivíduo para desempenhar-se em diferentes situações; e de um saber ser, como processo de auto-conhecimento para o exercício da auto-crítica e da cidadania, possibilitando que o indivíduo melhor se situe na sociedade, especialmente no contexto que vive e convive.

Segundo Demo (1995,p.140) :

No processo educativo é mister ocorrer emergência do sujeito histórico, capaz de ler a realidade criticamente e de nela intervir de modo alternativo e instrumental pelo conhecimento. Trata-se de aprender a aprender, saber pensar, para melhor intervir.

A universidade, por ser uma instituição de ensino inserida em um determinado contexto social, que tem a preocupação com a formação do indivíduo enquanto desenvolvimento emancipatório, e por ter um compromisso social de promover a melhoria da qualidade de vida da população em geral, destacadamente o idoso, deve promover uma aprendizagem de reconstrução, cujo aprender é transformar, e que o idoso seja capaz de utilizar a experiência e os conhecimentos já adquiridos na atribuição de novos significados e transformar as informações obtidas em conhecimento.

Dessa forma, a universidade torna-se um espaço de (re)construção da identidade do in-

divíduo, pois o mesmo passa a se descobrir no outro, pelo diálogo, pela interação e através das comparações que permitem o destaque das características próprias de cada um.

Sendo as universidades promotoras de ações que objetivam contemplar as mudanças, estarão colaborando para a formação de uma nova identidade e, portanto, de um novo idoso, que se projeta para além do meio acadêmico, realizando-se como um “ser” social, protagonista de sua história e promotor de uma nova visão da sociedade sobre o envelhecer.

Da mesma forma que as universidades têm um importante papel na mudança da identificação social da velhice, esse papel também deve surgir de um postura assertiva do próprio idoso, para que sirva de projeção para as demais gerações, pois essa também é construída a partir de uma relação de amor e de identificação com o modelo que o outro representa.

Cabe então às universidades serem ferramentas das quais o idoso irá dispor para construir este modelo.

3. UMA DIRETRIZ: A EDUCAÇÃO

A educação ocupa cada vez mais espaço da vida das pessoas, à medida que o mundo moderno exige do ser humano o desempenho de um “papel” cada vez mais atualizado.

Nesse sentido, cabe à educação englobar

processos que permitam às pessoas o conhecimento do mundo atual, de si mesmos, através do auto-conhecimento, e o conhecimento dos outros, através das inter-relações e integrando os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos.

Conforme Palma(2000, p.43) :

aprender a conhecer, cultura geral que constitui uma espécie de passaporte para uma educação permanente na medida em que fornece o gosto e as bases para aprendizagem ao longo de toda a vida; *aprender a fazer*, competências e qualificações mais amplas que preparem o indivíduo para enfrentar numerosas situações; *aprender a ser*, processo que começa por se conhecer a si próprio numa espécie de viagem interior guiada pelo conhecimento, pela meditação e pelo exercício da autocritica e da cidadania, **a** *aprender a viver juntos*, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, de compreensão mútua e de paz.

Nesse sentido, a educação precisa ser um processo de humanização do indivíduo e de estímulo que contribui para a qualificação da velhice, através da busca de elementos que deem sentido ao viver e conviver.

A educação voltada para o processo de humanização, socialização e que possibilita a

formação integral do homem, precisa ser permanente e co-existente com a própria vida. A educação permanente é um processo exigente, intencional, de promoção individual, social e cultural que respeita o conhecimento construído pelas experiências vividas (Cortelletti, p.16, 2007).

O processo de educação permanente objetiva uma busca constante cheia de realizações que oportuniza ao indivíduo condições de auto e hetero-conhecimento e uma postura definida diante das situações do dia-a-dia, no novo momento em que se encontra a velhice.

O aprendizado de hábitos, habilidades e competências deve ser constante para que o indivíduo, através do lapidamento, desenvolva-se como ser individual e social sendo ativo e empreendedor do seu viver.

A educação permanente concebida como condição do desenvolvimento contínuo do indivíduo, além de oportunizar a evolução pessoal e a renovação cultural, propicia o entendimento e a compreensão da sociedade, na qual o idoso está inserido. Esse movimento exige do idoso flexibilidade, ou seja, ser capaz de enxergar e viver a realidade de outros modos.

Segundo Cortella (2007):

A flexibilidade se caracteriza pela capacidade de romper algumas amarras e preconceitos que tornam alguém refém de

uma condição que parecendo segura e confortável, pode ser indicador de indigência e fragilidade intelectual.

Como processo, a educação permanente implica aprendizagens contínuas que se dão numa estreita relação entre o pessoal e o social, interferindo diretamente na (re)elaboração da identidade, no pensar, no sentir e no agir do indivíduo. O processo de (re)elaboração da identidade ocorre pela educação, quando essa possibilita o desenvolvimento permanente das capacidades e potencialidades oportunizando um repensar, pensar sobre seus novos papéis, novas posturas, novos comportamentos e novos projetos de vida.

A educação para idosos deve ter em seu bojo uma aprendizagem como fenômeno reconstrutivo, no qual se oportunizem espaços de aprendizagem, para que as experiências e os conhecimentos já adquiridos sejam revestidos de novos significados, e as informações tornem-se conhecimentos. Um espaço de permuta de conhecimentos recíprocos.

Parafraseando Cortella (2007)

A educação é vigorosa quando dá sentido grupal às ações individuais, isto é, quando se coloca à serviço das finalidades e intenções de um grupo ou uma sociedade; uma educação que sirva apenas ao âmbito individual perde impulso na estruturação da vida coletiva, pois, afinal de contas, ser humano é ser junto, e, aquilo que

aprendemos e ensinamos tem de ter como meta principal tornar a comunidade na qual vivemos mais apta e fortalecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se ouvido e reproduzido que “viver é uma possibilidade e que envelhecer, um privilégio”. A isso acrescenta-se “quando esse envelhecer for com significado e pleno de realizações”, pois o processo de envelhecimento é carregado de transformações, provocadas pela ação do tempo, que passa alheio as nossas vontades, e precisa ser aprendido, internalizado e ressignificado.

As alterações por que passa a identidade na velhice são resultados de outras tantas mudanças sentidas no processo de envelhecimento humano. Cabe, então, um olhar mais pontual para esta questão, que possa, de um lado, promover ações que visem reelaborar, construir ou reconstruir a identidade e, por outro lado, colaborar para que os alunos participantes de programas para terceira idade assumam uma postura pró-ativa em relação ao convívio em sociedade.

Em nosso ponto de vista, essas duas posições só podem acontecer no âmbito de uma educação de características emancipatória e cidadã, para que o idoso possa (re)ocupar seu espaço na sociedade, sentindo-se parte da mesma, como construtor de um grande pas-

sado e cidadão de um grande futuro.

Além disso, deve a educação contribuir para o desenvolvimento de pessoas que vivem e que dão significados à sua vida, como sujeitos compromissados consigo mesmos, com o seu mundo, com seus valores e com suas transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARAM, M. Lazaeta. *Medicina natural ao Alcance de Todos*. São Paulo: Hemus, 1995.

ERIKSON, E. *Crianças e Sociedade*. Nova Iorque: Norton, 1950.

CORTELLA, M. S. Conferência X Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos de Terceira Idade nas IES e IX Encontro Nacional de Estudantes de Universidade Abertas a Terceira Idade.

CORTELETTI, I.A. *Universidade: sua função social na promoção da velhice*, in. *Educação e Envelhecimento Humano* – Caxias do Sul: Educus, 2006.

DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e cidadania assistida*, São Paulo, Autores Associados, 1995.

ISABEL AURORA MARRACHINHO TONI

PALMA, Lucia Terezinha Saccomori.
Educação permanente e qualidade de vida:
indicativos para uma velhice bem sucedida.
Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.

Recebido em junho de 2008
Aprovado em setembro de 2008

[316] MEMORIALIDADES, Nº 9 E 10, JAN-DEZ 2008, P. 303-316.